



**ESTADO E CULTURA NA CONTEMPORANEIDADE:
Portugal e Brasil em foco**

**Maria Manuel Baptista¹
Alba Maria Pinho de Carvalho²
Helciane de Fátima Abreu Araújo³
Irlene Menezes Graça⁴**

RESUMO

Configuração e elementos analíticos sobre o Estado Contemporâneo na civilização do capital, incidindo o foco de estudo na relação Estado/Cultura, tendo como referência empírica o cenário europeu, com enfoque em Portugal e o contexto brasileiro. As discussões tem como fio condutor a contraditoriedade do tecido estatal, buscando superar leituras tradicionais, fundada em dicotomias. O Estado Contemporâneo é analisado na confluência dos processos de democratização e de ajuste à ordem do capital mundializado, trabalhando-se a tese de encontros/desencontros entre Estado/Sociedade Civil que se expressam na dinâmica das políticas públicas. É enfatizada a proposta da democracia cultural como desafio do nosso tempo.

Palavras-Chave: Estado; Cultura; contemporaneidade; Sociedade civil; contraditoriedade; democracia.

ABSTRACT

Outline of analytical elements about the Contemporaneous State according to its insertion in a money-oriented civilization where the focus goes to the study of the relation State/Culture, having as empirical reference the European scenario, highlighting Portugal and the Brazilian setting. The discussions have as a leading thread the contradictions in the fabric of the State, aiming at superseding traditional interpretations that are founded on dichotomies. The Contemporaneous State is analyzed at the point where processes of democratization and adjustment to the world order of the capital under a globalization trend meet, exploring a thesis that contrasts aspects between State/Civil Society seen within the dynamics of public policies. It highlights the proposition issued by the cultural democracy as a challenge of our times.

Keywords: State, culture, Contemporaneity, Civil Society, Contradictory Views. Democracy.

1 INTRODUÇÃO

Adentrar na tessitura do Estado Contemporâneo para desvendar a sua natureza e sua dinâmica, encarnadas em políticas públicas, é um dos desafios do nosso tempo. A

¹ Doutora - Departamento de Línguas e Cultura - Universidade de Aveiro - Universidade de Aveiro - Campus de Santiago

² Doutora - Departamento de Ciências Sociais - Universidade Federal do Ceará.

³ Mestre em Políticas Públicas -Curso de Pedagogia do Centro de Estudos Superiores de Santa Inês - Universidade Estadual do Maranhão.

⁴ Mestra - Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Cultural - Faculdade São Luís.

pretensão da análise aqui delineada é, justamente, assumir este desafio, incidindo o foco de estudo na relação Estado/Cultura.

O percurso expositivo parte de uma configuração do Estado Contemporâneo na civilização do capital, buscando delinear a base teórica que norteia as reflexões. Desenvolve uma abordagem de caráter histórico-político para demarcar fundamentos do recorte específico da análise: a relação Estado/Cultura. Adentra na tessitura contraditória da dinâmica estatal, trabalhando, como chave analítica, a tese de encontros/ desencontros, Estado/sociedade civil. E, finalmente, delinea elementos-chave sobre a construção de uma democracia cultural em tempos contemporâneos.

2 O ESTADO CONTEMPORÂNEO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: demarcações norteadoras

Nas duas últimas décadas do século XX e no limiar do século XXI, estamos a viver um novo momento do capitalismo: a *“mundialização do capital”*, nos marcos da *“acumulação com dominância financeira”*. O capital, fundado nas forças produtivas cibernético-informacionais, passa a se expandir, prescindindo da presença física e do próprio *“saber”* e do próprio *“fazer”* do trabalhador, constituindo uma *“população supérflua”*. É uma nova configuração do domínio do capital sobre o trabalho, com formas de opressão mais sutis, mais abstratas e, portanto, mais perversas, gestando uma complexificação e agravamento da Questão Social.

Nos percursos dessa mundialização e suas novas formas de domínio social, o Estado redefine-se no sistema do capital, tornando-se mais dependente dos circuitos do capital financeiro, configurando-se um *“Estado de Concorrência”* que persegue uma *“política do lugar ótimo”* (HIRSCH, 2003). A rigor, constitui-se um *“Estado Ajustador”* (CARVALHO, 1999) que *“ajusta e ajusta-se”* à lógica de valorização do capital. Este Estado intervém nos processos de acumulação do capital, fragilizando as suas formas de regulação face à complexa Questão Social contemporânea. Uma das inovações institucionais são as restrições à regulamentação estatal, com a subordinação dos Estados nacionais a agências multilaterais. Neste contexto, gesta-se um *“Estado fraco”*, atravessado pelo dilema de ser um *“Estado forte”* para produzir esta *“fraqueza”* eficientemente e sustentá-la coerentemente (SANTOS, 1999).

Em verdade, esta *“fraqueza do Estado Capitalista Contemporâneo”* revela-se face aos interesses dos trabalhadores, dos segmentos discriminados, imersos em processos de exclusão social. A fragilidade regulatória do Estado encarna-se em uma

restrição das redes de proteção social, com a erosão de direitos. As políticas públicas, ancoradas no ideário neoliberal, assumem uma configuração seletiva, pontual, eminentemente compensatória.

Este “*Estado Ajustador*” emerge e institui-se no contexto da democracia que, na contemporaneidade, afirma-se como sistema de governo hegemônico. De fato, vivencia-se a *expansão global do modelo hegemônico da democracia liberal representativa*, implicando em um paradoxo: *uma enorme degradação das práticas democráticas* (SANTOS; AVRITZER, 2003). Efetiva-se, no chamado “mundo globalizado”, uma concepção minimalista de democracia ou uma “*democracia de baixa intensidade*”, em meio a um regime civilizacional de fascismo societal (SANTOS, 1999; 2003).

Para além do discurso liberalizante da economia do mercado, este Estado formalmente democrático exerce um *neo intervencionismo estatal*, funcional às exigências de acumulação do capital nesta sua fase de mundialização. Intervem ativamente na perspectiva de “*ajustar-se e ajustar*” aos interesses do capital, isentando-se, progressivamente, de seu papel de garantidor de direitos. É o “*Estado Democrático do sistema do capital*”.

Na América Latina, ao longo dos últimos anos 20/25 anos, na confluência dos processos de democratização e de ajuste à nova ordem do capital mundializado, institui-se e afirma-se o “*Estado Ajustador*”, em meio às tensões da democratização. É a expressão de uma dinâmica contraditória, configurando um equilíbrio instável que, no final da década de 90 do século XX/anos 2000, no contexto do esgotamento do modelo de ajuste e de avanços da democracia participativa, vem imprimindo novos delineamentos ao Estado na América Latina, com a emergência de uma “*virada à esquerda*”.

Hoje, a contraditoriedade no tecido estatal, na confluência da lógica do mercado e da lógica dos direitos, é a chave analítica para compreender a dinâmica do Estado na contemporaneidade, encarnada nas Políticas Públicas.

3 ESTADO E CULTURA: uma abordagem histórico-política

Na cultura ocidental, desde os gregos a história das relações entre Estado e Cultura é a história das lutas e mútuas reivindicações e expectativas entre o poder político e poder espiritual. O Estado compreendeu que devia colocar a cultura ao seu serviço se queria manter o seu prestígio e perpetuar uma dada imagem de si próprio. A cultura cedo adquiriu a consciência da sua fragilidade intrínseca, sobretudo se não dispusesse do apoio, do ‘*braço secular*’. Na medida que o poder espiritual se laiciza, encaminhando-se para aquilo que hoje entendemos genericamente sob a designação do termo ‘*cultura*’, as relações

com o poder político e econômico tornam-se ainda mais equívocas. É, de fato, no Renascimento que a valorização das atividades do espírito humano atinge a sua expressão máxima enquanto realidade emancipatória, e mesmo, construtora da humanidade. O Humanismo implica, precisamente, e pela primeira vez na história do Ocidente, esse impulso de autonomização ideal da cultura. Na prática, as relações com o poder econômico e político mantêm-se sensivelmente as mesmas: os mecenas, os reis e os grandes senhores, intelectuais, poetas e cientistas que produzam um discurso legitimador que os faça permanecer na memória histórica da humanidade.

Sob a capa de uma aparente autonomização e laicização, a cultura permanece intimamente dependente do poder político e econômico, embora sempre se sinta moral e intelectualmente superior àquele. Em última análise aquilo que interessa ao poder político e ao poder econômico, representados pelo Estado, é que a Cultura possa produzir um discurso que o legitime, sem o qual o seu poder será vazio e efêmero. De fato, os setores da cultura, que passam pela crítica, pela criação inovadora ou pela libertação de forças de consciência e ação política, no sentido da autoconstrução do cidadão e da sociedade são vistos, naturalmente, com desconfiança. Por seu turno, a Cultura dos criadores aos espectadores, passando pelos bens culturais, deve a sua legitimidade à prossecução de fins que lhe são próprios: a busca e construção poética da sua humanidade, através do ato criativo, da crítica, do aperfeiçoamento de si mesmo e dos outros. Trata-se de fins profundamente divergentes e até incompatíveis: Ao longo da História europeia e ocidental, esta divergência e, mesmo, incompatibilidades de fins têm resultado em conflitos diversos, resolvidos, eles também, de modos também diversos.

4 O SISTEMA CULTURAL NA EUROPA - A FRANÇA COMO PARADIGMA DE 'GESTÃO' DOS CONFLITOS ENTRE ESTADO/CULTURA

A história da Cultura mostra, igualmente, como o sistema se tem tornado cada vez mais complexo ao longo do tempo. Assim, afinar os nossos instrumentos conceituais de análise pode ser decisivo na compreensão e intervenção neste sistema, sobretudo, nas atuais relações entre Estado e Cultura.

Na Europa, podemos destacar três '*idades*' no desenvolvimento destas relações: um primeiro momento em que a cultura está entregue às elites e é colocada quase exclusivamente ao serviço dos fins ideológicos do Estado. Depois da 1945 e até à crise do Maio de 1968, inicia-se uma segunda fase marcada essencialmente pela ação de Malraux, em França, que amplia a importância da Cultura, dando início a uma verdadeira indústria cultural, mas sem que o Estado tenha meios financeiros para acudir às necessidades e

expectativas culturais que se criam. Assim, o Estado mantém-se presente, apenas a um nível simbólico. Finalmente, com o ministro da Cultura francês Jack Lang (1981-1993), deflagra-se um terceiro momento: o sistema amplia-se a todos os níveis, sobretudo pela ação do Estado que encontra agora poderosos meios de financiamento do sistema. É o tempo dos grandes equipamentos culturais que se espalham em rede por todo o país, veias por onde correrá o sangue cultural que oxigenará a nação através dos cidadãos-consumidores culturais. Trata-se de uma espécie de ‘culturalização’ do Estado que alguns definem como “sacralização culturalista” do Estado.

Refletindo sobre a situação peculiar do sistema português em relação a este paradigma francês de gestão dos conflitos entre Estado/cultura, pode-se Portugal afirmar que encontra-se ainda na 2ª idade, procurando desde o tempo do Ministro Carrilho – meados dos anos 90 - entrar, timidamente, na 3ª idade de ampliação do sistema cultural a todos os níveis pela ação do próprio Estado.

No presente, os investigadores, apesar de salientarem o papel *democratizador e equilibrante* do Estado, *sobretudo ao contrabalançar o peso do mercado que, asfixiaria*, de imediato, determinados *produtos e produtores culturais*, *sublinham o caráter*, com frequência, *uniformizador desta intervenção*, excluindo tudo o que é *inédito, inesperado e experimental*. Para além disso, mantém-se a tendência para o surgimento de uma *arte e cultura oficiais*, pois para que os indivíduos, associações ou comunidades possam beneficiar de apoio económico, o Estado exige que elas se submetam ao código de valores, promovido e defendido pelo Ministério da Cultura, que, deste modo, visa a implementação uniforme e coerente das suas políticas culturais. Para os agentes culturais, quer tenham ou não disso consciência, trata-se de se submeter, obrigatoriamente, a valores e escolhas que não são necessariamente as suas.

Assim, acompanhando o movimento de *complexificação do sistema cultural* e ainda por causa da sua inegável tendência para uma maior *democratização nas sociedades europeias*, constata-se que continuam irresolúveis o conflito e a oposição, quer *de meios* quer *de fins*, que caracteriza as cada vez mais intensas e incontornáveis *relações entre Estado e Cultura*.

No entanto, se a Europa quiser permanecer culturalmente viva e produtiva - como é da sua tradição - e politicamente democrática este é um conflito que, de modo nenhum, pode ou deve suprimir.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS NOS ENCONTROS E DESENCONTROS ESTADO / SOCIEDADE CIVIL

No processo de democratização do Estado Brasileiro, que tem como marco formal a Constituição de 1988, configura-se um duplo movimento na relação Estado/Sociedade Civil que, por vezes, expressa uma convergência de interesses na construção de políticas públicas, capazes de contemplar as diversidades culturais. Nessa direção, Dagnino (2002) delinea uma chave analítica ao afirmar que, a partir dos anos 90, assistiu-se a uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de encontros entre o Estado e a Sociedade Civil. Na dinâmica do real, Estado/Sociedade Civil convivem com momentos de desencontros, de rupturas e de tensões.

A perspectiva de análise é superar a tradicional “leitura” dicotômica da relação Estado/Sociedade civil que impede de pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem e de revelar outras relações ofuscadas pelas dicotomias hegemônicas (SANTOS, 2004, p. 786). Aqui, o desafio é resgatar as articulações e tensões, para pensar a relação Estado e Movimentos Sociais no campo tomando, como referência empírica, experiências de convênios entre o poder público e entidades da sociedade civil. Trata-se, especificamente, de convênios entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e sete organizações da sociedade civil, no estado do Maranhão, para a implementação do serviço de assistência técnica social e ambiental - ATES.

No Maranhão, a assistência técnica é uma reivindicação antiga dos chamados agricultores familiares que o Estado procura atender, desde os anos 60, com as primeiras experiências de extensão rural. A despeito das reformas na estrutura administrativa do poder estatal, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se queixam dos procedimentos adotados ao longo dessas décadas, restritos a assessorias pontuais, com visitas escassas, distribuição de sementes e elaboração de projetos para agências financiadoras. Nos anos 90, uma outra forma de pensar a assistência técnica, inspirada na agroecologia e na idéia de gestão participativa, foi assumida na prática e proposta ao poder público pelos movimentos sociais rurais. Mais recentemente (90/2000), essas iniciativas têm o reconhecimento do Estado, quando este propõe a essas organizações uma experiência de parceria na construção de um novo conceito de assistência técnica e na sua implementação como política pública (ARAUJO, 2007). Nesse esforço de articulação, revelam-se tensões e conflitos que advêm das diversas formas de percepção do mundo dito rural e as diversas formas de compreender o planejamento público.

A situação analisada aponta para o que Carvalho (2006) chama de “confluência contraditória de democratização e ajuste” do Estado Brasileiro contemporâneo. Ao mesmo tempo em que a esfera pública é levada a um ajuste estrutural, emergem forças sociais, propondo a construção de espaços para a definição de políticas públicas com a participação de sujeitos que, outrora, estavam condenados à invisibilidade do mundo subterrâneo.

A própria Constituição de 1988 proporcionou a abertura de espaços significativos para esses sujeitos, viabilizando o deslocamento da idéia evolucionista de “assimilação”, pelo estabelecimento de nova relação jurídica entre o Estado e os povos confundidos com as chamadas minorias (ALMEIDA, 2004). Em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas, como é o caso brasileiro, o Estado, enredado nos percursos do ajuste, tem seus limites e as conquistas jurídico institucionais têm dificuldades de serem encarnadas.

Nas questões relacionadas ao mundo dito rural, a solução burocrática encontrada até o momento foi articular as disposições constitucionais com as estruturas administrativas preexistentes, resultando em obstáculos concretos para a solução de determinados problemas, como a homologação de terras tradicionalmente ocupadas: terras indígenas e das comunidades quilombolas.

6 CULTURA EM TEMPOS CONTEMPORÂNEOS: desafios para a democracia cultural.

O Brasil entrou para o século XXI, com níveis científico e tecnológico que lhe possibilitariam superar as condições de desigualdade econômica e social. Ao contrário, a realidade está prenhe de graves contrastes sociais. É um cenário de assimetrias em que a cultura configura-se como um mecanismo de sustentação das formas de domínio, constituindo um espaço de difusão da ideologia do mercado, viabilizando o consumo de uma cultura padronizada.

A questão central – *a pedra de toque* – é discutir as possibilidades de políticas culturais em uma perspectiva de radicalização da democracia, a partir de uma realidade culturalmente construída em um processo histórico de desigualdades, apartações, discriminação ou, sob os signos da ‘mestiçagem sincrética’, da ‘ideologia da cordialidade’ e da pseudo ‘democracia racial’. Assim, o desafio é a construção de políticas culturais que reconheçam e estimulem a diversidade cultural das várias regiões brasileiras, que incluam as lutas e pautas dos movimentos pelo direito à igualdade de acesso e o reconhecimento e respeito às diferenças. Afirma Marta Porto que o que está em jogo é que a política cultural assuma seu papel central de “denúncia e esclarecimento”, no sentido de incluir, num plano

de “dignidade igual para todos”, segmentos diversos e tradicionalmente marginalizados (PORTO, 2006).

Como referência fundante, cabe demarcar o que se entende por cultura, discutindo o lugar e o papel da cultura nos tempos contemporâneos, Homi K. Bhabha (1995), em oposição ao conceito tradicional, ocidental de cultura, sustenta que “a cultura precisa ser vista como a *‘produção desigual e incompleta de significação e valores, muitas vezes resultantes de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato de sobrevivência cultural’* (BHABHA, apud SOUSA, L 2004, p.125). Nesta perspectiva, a cultura passa a ser vista como algo híbrido e em permanente transformação, resultado de um processo de resignificação dos símbolos culturais tradicionais (SOUSA, L: 2004).

No debate contemporâneo, tem se fortalecido, a concepção do papel-chave da cultura no desenvolvimento, na perspectiva da construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas. Preconiza-se um ‘novo lugar’ para a cultura, fundado na tolerância e respeito à diversidade e ao pluralismo. Nesta direção, é preciso considerar o cenário eminentemente contraditório do mundo contemporâneo gestado nas novas formas de domínio do capital e nas lutas que revelam uma “cultura da recusa”, sinalizando para um projeto de emancipação (CARVALHO, 2006)

Assumindo como perspectiva analítica essa contraditoriedade que atravessa a vida social pode-se adentrar nos interstícios da Gestão Cultural no Brasil, demarcando pontos-críticos: inexistência de uma Política Cultural no Brasil, enquanto um conjunto de ações estratégicas do Estado com vistas a oferecer referenciais éticos e estéticos; ações do MinC de caráter pontual, isoladas e desarticuladas, centradas em oferecer bens e serviços culturais a uma ínfima parcela da população; exigência de políticas culturais que garantam a abertura dos canais institucionais e financeiros a amplos setores, tradicionalmente atendidos pelas “políticas de recorte social ou assistencialista”, colocando-se a exigência de uma política de cultura para os indígenas, para o artesanato, para estimular a diversidade cultural das várias regiões brasileiras, para os grupos culturais atuantes nas favelas e bairros de periferia dos grandes centros urbanos; Leis de incentivo à cultura - *Lei Rouanet, publicada em 1990 e Lei do Audiovisual, publicada em 1993, com vigência ampliada até 2006* - como “instrumentos de privilégios”, beneficiando a poucos, exceto as grandes empresas patrocinadoras e alguns artistas consagrados”.

Não obstante a posição subordinada da cultura às leis da indústria e do mercado, faz-se reconhecer a emergência de movimentos de resistência social e cultural, que se contrapõem a essa dominação, originados e espalhados nos diferentes espaços e recantos do país. É a cultura produzida nas “zonas opacas” do Brasil, invisíveis à lógica do mercado e à cegueira do Estado (PORTO: 2006).

7 CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas conduzem a uma questão central, cerne do processo investigativo: o potencial das lutas democráticas, no sentido de construção de uma “*cultura da recusa*” às formas peculiares e domínio do capital nos circuitos da mundialização. Nesta perspectiva, afirma-se, como objeto de pesquisa em curso, os delineamentos do Estado Contemporâneo, avaliando o equilíbrio instável entre o Estado Ajustador, sob a égide do mercado e o Estado Democrático ampliado nos embates da política.

Em termos específicos impõe-se a análise do Estado na relação com a Cultura em termos das políticas culturais, investigando como são tratadas as expressões culturais experimentais, inéditas que trazem consigo uma dimensão crítica emancipatória.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. **Nas Bordas da Política Étnica: Os quilombos e as políticas sociais.** (Palestra proferida na XXIV Reunião Brasileira de Antropologia), Recife (PE), 2004.
- ARAUJO, H. F. A. **Estudo de Perfil de Entrada de Agricultores Maranhão** (Relatório de pesquisa), Brasília, 2007.
- (AIMAC), Association Internationale sur le Management des Arts et de la Culture, II Conférence Internationale sur le Management des Arts et de la Culture: Actes de la Conférence (23-25 Juin 1993), Jouy-en-Josas, SN, 1993.
- BARBIER-BOUVET, Jean-François, “La Culture du Chiffre” (1993), Trente Ans d'Études au Service de la Vie Culturelle, Paris, La Documentation Française, 1993
- BERTALANFFY, Ludwig von, General System Theory : foundations, development, applications, New York, George Braziller, 1999, Rev. ed.
- BIROU, A., “**Cultura**”, **Dicionário de Ciências Sociais**, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1982: 98-99
- BORDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude, Les Héritiers, Paris, Editions de Minuit, 1964
- BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos.** São Paulo: Editora Escrituras/Instituto Pensarte, 2004.
- BREBISSON, Guy, Le Management des Entreprises Artistiques et Culturelles, Paris, Economica, 1993
- CAMPOS, André et. al. (Orgs). **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 2: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo** (Palestra proferida no Ciclo de Debates dos Programas de Pós Graduação do CCSA/UFRN), Natal (RN), 2006.

_____. **O “Brasil Real” em questão: resgate do olhar crítico de cientistas sociais.** 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: **Os anos 90: política e sociedade no Brasil** (org) Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DUBUFFET, Jean, **Asphyxiant Culture**, Paris, Les Éditions de Minuit, 1989

FARCHY, Joelle e SAGOT-DUVAUROUX, Dominique, **Economie des Politiques Culturelles**, Paris, PUF, 1993.

FUMAROLI, Marc, **L'État Culturelle**, Paris, Editions de Fallois, 1991

GENET-DELACROIX, Marie-Claude, **Art et Etat sous la III République**, Paris, Publications de la Sorbonne, 1992

GOMBRICH, E.H., **Para uma História Cultural**, Lisboa, Gradiva, 1994

GONZÁLEZ, M., **Filosofía y Cultura**, Madrid, Ed. Sec.XXI, 1992

GRAY, Ann, McGUIGAN, Jim, **Studying Culture - An Introductory Reader**. London, Edward Arnold, 1993.

GRISWOLD, Wendy, **Cultures and Societies in a Changing World**, London, Pine Forge Press, 1994.

HIRSCH, Joachim. La internacionalización del Estado. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org) **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

LAURENT, Jeanne, **Arts et Pouvoirs en France de 1793 à 1981**, Saint-Etienne, Université de Saint-Etienne, 1981.

LEÃO, Dora. Entrevista: Uma Confusão Cultural. **Revista Carta Capital**, Julho:2004. (p.54-5)

LOURENÇO, Eduardo, **“Estado e Cultura”** (1974/5/18), Expresso, 1974, 18 de Maio: 10

_____. **O Esplendor do Caos**, Lisboa, Gradiva, 1998

_____. **“Da Cultura Como Manto da Política”** (2000/7/13), Visão, 2000, 13 de Julho: 146

_____. **“A Invenção da Filosofia como Praxis Cultural”** (2001), Século XX, Panorama da Cultura Portuguesa, I - As Ciências e as Problemáticas Sociais, AAVV, Porto, Afrontamento, Porto 2001, Fund. Serralves, 2002: 11-23

MARX, Karl, **Escritos de Juventude**, Lisboa, Ed. 70, 1975.

MASCARENHAS, F., “History as an Experience versus History as a Spectacle”, **Controvérsias Científicas e Filosóficas**, Fernando Gil, Lisboa, Fragmentos, 1990: 409-416
MIRANDA, José A. Bragança de, **Teoria da Cultura**, Lisboa, Século XXI, 2002.

MOLLARD, Claude, **Le Mythe de Babel**, Paris, Grasset, 1984.

- _____. Profession Ingénieur Culturel, Paris, Editions Charles le Bouil, 1989.
- _____. Concevoir un Équipement Culturel, Paris, Editions du Moniteur, 1992.
- _____. L'Ingénierie Culturelle, Paris, PUF, 1994.
- MOULIN, Raymonde, L'Artist, l'Institution et le Marché, Paris, Flammarion, 1992.
- POMMERENE, Walter e FREY, Bruno, La Culture a-t-elle un Prix? Commentaire, Paris, Plon, 1993.
- PORTO, Marta. Brasil em tempos de cultura: cena política e visibilidade. In: Proposta nº 109 – Jun/Ago, Ano 29. 2006. **Revista Trimestral de Debate Fase**. Rio de Janeiro,RJ. (p.06-12).QUENTIN, Anne, “Un Nouveau Secteur: le Management Culturel” (1993), Le Monde de l'Education, 1993, Juin
- ROBERTSON, Roland, **Globalização - Teoria Social e Cultura Global**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.
- RIOUX , Jean-Pierre, et al, L'Etat et la Culture, Paris, Plon, 1991.
- RYAN, Kiernan, New Historicism and Cultural Materialism - A Reader. London, Arnold, 1996
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente**. Um discurso sobre as ciências revisitado/Boaventura de Sousa Santos (org). São Paulo: Cortez, 2004.
- _____.Reinventar a democracia: entre o précontratualismo e o pós-contratualismo. In: PAOLI, Maria Célia; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, Vozes; NEDIC, 1999.
- _____. ;AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
- SCHNEIDER, Michel, La Comédie de la Culture, Paris, Seuil, 1993
- SOUZA, Lynn M. T. M. de. Hibridismo e Tradução Cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, B. (Org.). **Margens da Cultura**: mestiçagem, hibridismo & outras misturas. São Paulo: Boi tempo, 2004.
- STOREY, Jonh, An Introduction to Cultural Theory and Popular Culture, London, Prentice Hall, 1993
- TAPIAS, J. A. Pérez, **Filosofía y Crítica de la Cultura**, Madrid, Ed. Trotta, 1995
- TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- TURNER, Bryan S., Theories of Modernity and Postmodernity. London, SAGE, 1991

UNESCO. **Relatório da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, adotada pela Conferência Geral da UNESCO em sua 33ª sessão, 2005.